

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

A NECROPOLÍTICA COMO UM DISPOSITIVO CRÍTICO: um estudo sobre as manchetes policiais envolvendo mulheres negras

NECROPOLITICS AS A CRITICAL DEVICE: a study of police headlines involving black women

Edriane da Silva Batista¹

RESUMO

O artigo buscará trazer um levantamento histórico sobre o ativismo negro no Brasil, o contexto de inserção da mulher negra e o entendimento do conceito do biopoder e da necropolítica para posteriormente, abordar uma análise de como as mídias sociais reproduzem a necropolítica em seus discursos, através de manchetes jornalísticas sobre pessoas negras pautadas em jornais digitais e mídias sociais. A metodologia deste trabalho se caracteriza pela abordagem qualitativa de caráter exploratório baseado em dados levantados nas leituras e fontes documentais.

Palavras-chave: Necropolítica; Manchetes policiais; mulheres negras.

ABSTRACT

This article will seek to bring a historical survey of black activism in Brazil, the context of black women's insertion and the understanding of the concept of biopower and necropolitics to later, address an analysis of how social media reproduce necropolitics in their discourses, through journalistic headlines about black people based on digital news and social media. The methodology of this work is characterized by a qualitative approach of an exploratory nature based on data collected from readings and documentary sources.

Keyword: Necropolitics; Police headlines; black woman.

¹ Cientista Social pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí – PPGPP – UFPI.

1 INTRODUÇÃO

O ativismo negro no Brasil se expressa pela organização e pela pluralidade na mobilização política. Considerando a partir de um contexto histórico, é importante apontar como foi formada a trajetória do movimento negro no Brasil. No momento em que o colonialismo se estabeleceu, com o comparecimento de africanos em solo brasileiro, instaurou-se um período marcado por lutas e resistências por parte dos (então) escravizados. Após a abolição, que tinha como objetivo integrar o negro na sociedade, o Estado Brasileiro formou-se baseado em um viés estrutural racista. Portanto, surge a relevância da luta não só por liberdade, mas por condições de igualdade e cidadania para todos (Aguiar, 2017).

No que concerne à biopolítica e ao necropoder, este estudo intenciona entender o biopoder e a necropolítica com enfoque nos casos de violência cometida contra mulheres negras, partindo de uma revisão bibliográfica sobre a política de morte contra os corpos de mulheres negras e, posteriormente, fazer uma análise do discurso abordado nessas notícias a partir das edições de alguns jornais, concentrando-se nos casos ocorridos nos anos de 2020 a 2023 com atenção especial aos casos de agressão e morte. Esta análise possibilitará assimilar o biopoder-necropoder com os atravessamentos violentos dos mais diversos espectros que são infligidos em mulheres negras.

Trazendo para o contexto do feminismo negro no Brasil e a sua importância como base para o conhecimento interseccional, diversas mulheres participavam de movimentos sociais as quais tinham interesse em reivindicar suas pautas como mulheres negras no movimento feminista. Porém, a decisão pela construção de um movimento autônomo, pautado nas diversas opressões que sofriam, não foi bem-vista por organizações feministas e negras, tornando-se como disse Figueiredo (2018 *apud* Constantino, Halana, Barth, 2022, p. 16) que este tipo de ação seria uma espécie de traição aos princípios de ação e solidariedade entre os dois grupos.

Esta pesquisa tem como objeto entender como a necropolítica opera através dos discursos em noticiários de caráter policial sobre casos que envolvam mulheres negras. Com o objetivo de entender a necropolítica e seus atravessamentos, esse trabalho procura fazer um levantamento sobre a raça, gênero e como as mídias reproduzem os discursos em manchetes sobre casos que envolva mulheres negras, bem como a sua posição dentro das notícias. Para o levantamento de informações, a pesquisa analisou algumas notícias de natureza criminal

publicadas entre os anos de 2020 e 2023. Levanta-se, então, a seguinte questão: Como os discursos reproduzidos nas mídias e jornais policiais se relacionam com o necropoder através desses noticiários?

A metodologia da pesquisa se guia pela abordagem qualitativa, de natureza exploratória baseada em dados obtidos por meio da literatura e de fontes documentais. Se estrutura em 4 capítulos: o primeiro é a introdução; o segundo conceitua os conceitos centrais desta pesquisa, biopoder e necropolítica; o terceiro capítulo investiga como as mulheres negras estão inserida na sociedade, situando o patriarcado como epistemologia hegemônica que fundamenta a exclusão de mulheres quanto à garantia de direitos; e o último traz a conclusão sobre as análises.

2 CONCEITUANDO O BIOPODER E A NECROPOLÍTICA

O conceito de necropolítica foi cunhado por Achille Mbembe no seu ensaio de mesmo nome em 2003, onde ele bebe de fontes Foucaultianas que abordam o conceito de biopoder nas quais explicam as relações de poder que dita quem deve viver e quem deve morrer. Essas intervenções em nome da vida e da morte são direcionadas às populações que vivem em Estado-nação, e são atravessadas por identidades de raça, classe, gênero, nacionalidade etc. (Foucault, 2012).

Ao escrever que, “agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação. A morte é o limite, o momento que lhe escapa. Ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais privado”, Foucault (2012, p. 151) descrever, nesta lógica, que o poder político tem autonomia de controlar de forma reguladora as vidas das pessoas por meio da biopolítica.

Para Thomas Lemke, a definição de biopolítica se encontra muito mais no fato de tornar visível “a distinção entre política e vida, cultura e natureza, entre o tangível e o intangível, e o dado de modo inquestionado, de um lado, e a ação responsabilizada moral e juridicamente, de outro” (2018, p. 49). Assim, entendemos que biopolítica é o conceito que permite aprender o processo histórico a partir do qual a vida emerge como resultado das práticas de poder.

Para Lemke, o biopoder não se restringe à intervenção estatal, mas também inclui formas de governança que atuam por meio de dispositivos sociais, tecnológicos e culturais. Ele

analisa como práticas como a biotecnologia e os sistemas de vigilância contribuem para moldar e regular os corpos, os comportamentos e as subjetividades dos indivíduos.

Mbembe (2018) a partir dessas noções de poder de Foucault, construiu um ensaio para explicar a necropolítica sob uma visão colonial, que permite analisar como o colonialismo, as opressões e violências, sobretudo as raciais, resultaram/resultam no extermínio de populações historicamente subalternizadas.

Em seus estudos Mbembe (2017) explica que necropolítica tem como seu significado sumário a política de morte, justificado o racismo como ponto principal para legitimar o exercício do necropoder, onde ele diz: “Em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico” (Mbembe, 2017, p. 65).

Portanto, Achille Mbembe utiliza esses conceitos de soberania de Michel Foucault, e passa e refletir sobre os conceitos de morte e vida como categoria de análise do Estado de exceção. Mbembe (2018) aponta que essas exceções são resultadas de um projeto que se molda através das práticas colonialistas. Assim, a escravidão, na forma como o toma o Achille Mbembe, constitui “[...] umas das primeiras instâncias de experimentação biopolítica sendo uma figura emblemática e paradoxal do estado de exceção” (Mbembe, 2017, p. 27).

O direito de matar está ligado diretamente ao que Mbembe (2018) cunha como “relações de inimizades”, que se justificam através de um pensamento etnocêntrico e racista, tornando a vida do outro, do distinto, do sócio historicamente construído como inferior, como sem importância e assim ocorre a coisificação do ser humano, viabilizando seu extermínio como estado normal das coisas postas; o próprio *status quo*. É interessante ressaltar que o racismo supradito, inclusive na forma que se apresenta hoje, não surge em um vazio, de forma epifenomênica, ele tem caráter material histórico em sua constituição.

A Colonização permitiu aos nativos da terra (indígenas) e aos africanos que fossem tomados, aprisionados e mantidos como escravos, resultando em uma formação social de supremacia branca, que utilizava de alegações eurocêtricas de que o negro poderia ser considerado tal qual um animal ou pior, que não possuía alma, para justificar toda e qualquer atrocidade cometida com eles. Como resultado desse processo, emerge no seio do Brasil uma cultura de formação racista que carrega uma herança de não superação do estatuto sociocultural de escravidão, mas sua reinvenção (Nascimento, 2017).

Ao entender sobre as desigualdades sobre o povo negro a partir de uma análise sócio-histórica, é possível compreender também as razões pelas quais os(as) negros(as) são

acometidos(as) de atravessamentos em suas vivências. Mesmo após a Lei Áurea, em maio 1888, o processo de rebaixamento dos negros se acentuou cada vez mais no decorrer dos anos. E apesar da criação de políticas públicas que garantam boas condições, subsidiadas por direitos, intencionando equidade para igualdade, a mobilidade do sujeito negro para fora da condição de subalternização ainda é dificultosa (Moura, 1988).

O biopoder permitiu o controle sobre a natalidade e a mortalidade das pessoas. Quando o Estado moderno impõe a regulação das massas, utilizando ferramentas para controlar o nascimento e a mortalidade de pessoas dentro de seus limites geopolíticos, ocorre o fenômeno da biopolítica (Foucault, 1979).

Outro exemplo que Foucault traz sobre o controle de corpos está no sexo como tecnologia que fomenta o biopoder: “de um lado, da parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia de energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz” (Foucault, 2012, p. 158).

Em estudo sobre o papel das Tecnologias Sociais como instrumento de melhoria da qualidade de vida de grupos sociais dos mais diversos – especialmente os mais vulneráveis, do ponto de vista social, Mendes *et al.* (2015, p. 687) afirmam que, em muitas ocasiões, as Tecnologias Sociais se transformam em “[...] instrumento das relações de poder, funcionando na justificação e intensificação de novas formas de dominação nas sociedades contemporâneas”, o que impõe um olhar mais atento para este tipo de situação, em que ações que deveriam servir para mitigar ou abolir problemas sociais de determinados conglomerados humanos, transformam-se em artefatos de estruturação de dominação, descaracterizando a sua seminal intenção. Assim, à luz dos ideais de John Rawls (2002), com imaginar uma condição justa para determinados grupos sem que a igualdade se faça presente?

3 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA MULHER NEGRA

A colonialidade do poder reproduz as desigualdades de gênero como marcas do sistema que torna o homem como ser superior e instituído pela lógica do patriarcalismo. Gênero e etnia são temas caros na atualidade, merecendo a devida análise e compreensão das imbricações que permeiam a vida em sociedade, visando à afirmação da justiça social e da igualdade como elementos fundantes da convivência coletiva harmoniosa.

Compreende-se que entre o período colonial e a era atual, a mulher negra sempre esteve inserida em um contínuo apagamento em uma estrutura patriarcal e racista, isso deve ser tratado com atenção ao mesmo tempo ser questionada pelo o seu caráter de urgência.

Lugones (2014) explica sobre a noção colonial partindo de uma lógica de gênero, onde os corpos brancos possuíam validade, entretanto, os corpos não brancos eram atravessados por um esvaziamento se torando um objeto com validade apenas para serviços. A mulher negra, sobretudo, passava por um processo maior de esvaziamento que perpassou até chegar nos dias atuais, e esse processo está imbricado com a intersecção de gênero, raça e classe. Em suma, os corpos negros serviram de base para legitimar as violências operadas pelo colonialismo, onde o status de “ser humano” não lhes eram devidos como para as pessoas branca.

Até os homens negros americanos, conforme acentua Hooks (2017, p. 162), postulavam uma postura machista e imperialista, “no mundo real onde cresci, eu tinha visto homens negros ocupando as posições de autoridade patriarcal, exercendo formas de poder masculino e apoiando o sexismo institucionalizado”, assim, a autora destaca a complexidade das relações de poder e a interseccionalidade das opressões, reconhecendo que, embora os homens negros possam ser oprimidos devido à sua raça, eles também podem ocupar posições de poder dentro das estruturas patriarcais e contribuir para a perpetuação do sexismo e racismo.

Para Barreto (2004, p. 1), o patriarcalismo é compreendido como uma estrutura sobre as quais todas as sociedades contemporâneas construíram suas normas sociais, por isso, é possível verificar uma base de privilégios para os homens brancos e situados no eixo eurocentrismo. O grande agregador familiar patriarcal incluía mulheres, crianças, escravos e servos domésticos, todos sob o domínio de um ou mais homens. Diante desta realidade, convém resgatar a sinalização de Silva (2010), para quem:

A violência contra as mulheres não é recente na história da humanidade. Ela faz parte de um sistema sócio histórico que condicionou as mulheres a uma posição hierarquicamente inferior na escala de perfeição metafísica, produzindo um campo de força de relações assimétricas entre homens e mulheres em nossa sociedade (Silva, 2010, p. 556).

Assim, entendemos que o patriarcalismo se refere à dominação masculina e ao poder dos homens sobre as mulheres não apenas no âmbito da vida privada, mas principalmente no espaço público.

Essa concepção nasce com a escravidão no Brasil que “arquitetou o imaginário social de que essas mulheres não são dignas de pertencerem à uma família ou de serem detentoras de amor, uma vez que suas existências estariam estritamente em conformidade com os desejos do homem branco” (Garcia, 2020, p. 108). Os diversos contrastes resultam em diferentes estruturas que podem gerar dificuldades que atravessam o ser mulher negra, os quais se conformam por fatores de classe, gênero e raça.

Conceituando a perspectiva interseccional, para Carla Akotirene (2018, p.13), a interseccionalidade é “uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras” e ainda acrescenta: “do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política” (Akotirene, 2018, p. 14). Portanto, os estudos interseccionais buscam a compreensão a partir de uma lógica de opressão em torno de três categorias: raça, classe e gênero. Deste modo, é importante apontar que o feminismo negro possui grande relação com a interseccionalidade, pois mulheres, sobretudo negras se encontram em posição de opressão quando se refere à categoria raça e gênero.

O feminismo negro traz à tona a construção da identidade negra na busca pelo lugar de sujeito na edificação política na sociedade, pois as mulheres negras não tem representatividade pelas mulheres brancas com realidades e oportunidades superiores. Ferreira e Nunes (2019) nos trazem uma intensa reflexão sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social, no sentido de compreendermos como uma categoria analítica, apontando como os marcadores da diferença inferiorizam a trajetória dos corpos negros femininos, e que, portanto, não podemos falar em desigualdade social sem nos referirmos a esses marcadores. Na visão de Madeira e Gomes (2018, p. 467), “O racismo se solidifica como construção ideológica de conjunturas históricas, na qual os interesses materiais das classes dominantes encontraram uma justificativa científica para a importação de europeus e a inferioridade da maioria dos brasileiros”.

Nesse sentido, Saffioti (1976) faz uma reflexão sobre a ampliação das liberdades humanas a qual atingiu a mulher de forma escassa, independente da classe social que a pertencesse, as mídias, através dos jornais, foram à via de combater o silenciamento das mulheres que por sua vez ainda as fez calarem o feminismo por anos. É uma tarefa árdua, justificar a exclusão da mulher em determinadas tarefas, e ao mesmo tempo mantê-las no

exercício quase exclusivo de seus papéis tradicionais e das ocupações reconhecidamente femininas.

Essa construção social de racismo baseada no pensamento primitivo desde o Brasil colônia precisa ser desconstruído por meio de mobilizações do afastamento desses estereótipos prejudiciais, o mais importante é combater as desigualdades de raça, gênero e classe todos os dias, pois há uma enorme necessidade de eliminar barreiras. Ao invés de reforçar essas desigualdades visíveis, o nosso propósito é guiar um olhar fortemente voltado para políticas públicas que contemplem a visibilidade da vulnerabilidade das mulheres negras visivelmente explícitas pela mídia. Essa construção social do racismo necessita ser desconstruída por meio de atitudes para afastar essa questão cultural.

São necessárias políticas de fortalecimento do tecido democrático no Brasil para que se possa, com algum grau de convicção, combater a violência política de gênero e raça, é essencial partir da união das diversas mulheres negras que, por inúmeras vezes não abraçam a causa do feminismo negro, não apoiando outras mulheres dentro do setor político. Essas mesmas mulheres que precisam se apoiar, acabam denegrindo a imagem e a coragem umas das outras e, por consequência disso, enfraquecendo a corrente do feminismo negro, o que seria profundamente prejudicial para uma categoria que busca, historicamente, demarcar o seu legítimo território de fala e de direitos.

Entendemos que a violência no Brasil não é um fenômeno que atinge a todas as mulheres da mesma forma, muito pelo contrário, ela se constrói como um fenômeno social articulado em torno de gênero e raça, ou seja, a partir da interseccionalidade dos marcadores da diferença, do racismo e do patriarcado. Portanto, deduz-se, trata-se de algo que se impõe à mulher negra, a maior vítima da sociedade moderna.

3.1 O Discurso da mídia e os casos de violência

Para compreender melhor o impacto que a propagação de ideias negativas pode causar, utilizemos o exemplo de Tucci Carneiro (1994) acerca da mídia entre a década de 30 e 40 do século XX aqui no Brasil, no qual ela conta que sobrepujava larga literatura de caráter xenófobo, nacionalista, fascista e contendo apologias às teorias raciais daquela época, suplementando o imaginário autoritário fascista pós a Revolução de 30, em que o Brasil esteve sob liderança provisória de Getúlio Vargas, governante que, por causa de suas pretensões

desenvolvimentistas, flertava com estas ideias perigosas. Este não apresentou um projeto político-ideológico adequado à sociedade em metamorfose que era o Brasil naquele contexto, um projeto que fosse de fato democrático.

Ocorria, em verdade, ampla divulgação em vitrines de jornais, marginalizando judeus, ciganos, negros, tratando estes como degenerados, uma ameaça constante ao progresso da nação. Neste ponto, é perceptível que o aparato de ideologia midiático serve de veículo do *modus operandi* da necropolítica, gerando uma opinião pública predisposta a hostilizar específicos grupos sociais. Embalados pela ideologia dada, apenas alimentando uma fobia irracional por certos sujeitos, os vendo como inimigos da paz pública, contribuindo para a deformação e para o desprezo pela identidade negra (Quadros, 2018).

Com isso, identifica-se que a mídia é ambígua diante da situação das pessoas negras brasileiras, porque, mesmo com os progressos quantitativos, mais negras(os) na mídia, mais recentes, o avanço qualitativo exige o esmiuçar histórico-cultural do Brasil para perceber onde o meio midiático torna-se aliado nas lutas antirracismo e onde estes se desenham como perpetuação dos estereótipos naturais do racismo, indicando como exemplo o estereótipo recorrente do jovem negro criminoso.

Esse estudo escolheu como lócus de pesquisa o Brasil, visto que os casos de violência(s) aferidos às mulheres vêm ganhando mais forças, principalmente quando se trata de mulheres negras. Os dados em seguida fornecidos pela TV Globo apontam que no primeiro semestre de 2022, os casos de feminicídios aumentaram em 10,8%. (G1.com, 2022).

A Folha de S. Paulo produziu uma matéria com o tema “Mulheres negras têm maior risco de sofrer violência física e sexual no Brasil”. De acordo com uma pesquisa realizada pela Vital Strategies, o jornal aponta que 75% das mulheres no Brasil são as grandes vítimas de alguma violência, contudo, mulheres pretas e pardas estão sendo mais atingidas, e esse cenário pode mudar de acordo com a região do país. Além disso, os dados mostram que na região Nordeste, mulheres negras/pardas possuem o dobro de possibilidade de sofrer alguma violência quando se compara a uma mulher branca.

Essas matérias reforçam o que Kilomba (2019), aponta sobre a mulher negra está inserida na condição de “outro do outro”, visto que o racismo se apropria do colonialismo para legitimar estruturas de violência. Ela ainda complementa ao trazer o termo “outridade”, em que a personificação de aspectos repressores do “eu” do sujeito branco. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer se

parecer” (Kilomba, 2019, p. 38). Assim, através dessa visão de que pessoas negras são inferiores ou possuem validade alguma, os preconceitos e violências passam a ser justificados quando cometidos.

Para concluir o quadro de notícias, a CNN BRASIL publicou uma reportagem em 19/01/2023 com o tema “Mulheres pretas têm maiores chances de morte por violência interpessoal” e esse risco é 33% maior do que mulheres brancas. A violência interpessoal ocorre quando o parceiro ou cônjuge afeta a companheira e provoca diversos prejuízos de caráter reprodutivo, sexual e mental (CNN BRASIL, 2023). Portanto, é possível compreender através dessas notícias como a estrutura machista e racista é nociva para mulheres em condições de subalternidade e apagamento social. Os discurso (re)produzido ao abordar essas notícias, justificam a ideia inicial deste artigo, que as noções de necropolítica se iniciam na redação dessas matérias, visto que mesmo que os redatores apontem os dados estatísticos sobre ao caso de violências e/ou morte, eles não se aprofundam em reconhecer que essas mulheres que são violentadas, e sua versão do que de fato ocorreu sofre diversos apagamentos e até mesmo a invalidade, tendo em vista que na maioria das reportagens a polícia é o primeiro setor a ser ouvido sobre o caso, ao invés da pessoa que foi vitimada.

Partindo do devir negro em Mbembe (2018) é notável que quanto mais socialmente subalterno for o lócus dos sujeitos em sociedade, maiores as chances de serem infligidas sobre eles as tratativas que o colonialismo tem imputado sobre os povos não brancos desde seus primórdios.

4 CONCLUSÃO

Ao lermos as notícias, sobretudo de caráter policial, nos causa incertezas se os discursos de quem (re)produz essas manchetes é de fato imparcial. Percebe-se que existe uma intrínseca relação do biopoder e necropolítica com as manchetes apresentadas, onde se inicia pelos apagamentos das vítimas que perdem sua voz e legitimidade para dar chance em muitos casos ao que o agressor tem a dizer. A polícia também recebe mais atenção dos redatores dessas matérias, tendo em vista que a “versão da polícia” sempre é posta em pauta na notícia e o relato da polícia recebe mais validade que o da mulher negra.

Por isso, é necessário que políticas públicas de afirmação para as mulheres negras sejam reforçadas e praticadas para cuidar diretamente de mulheres negras que estejam passando por alguma vulnerabilidade social.

Os estudos e a prática interseccional também possuem grande relevância para as mulheres negras, para que seja feita a reflexão sobre como o colonialismo se perpetuou nessa sociedade. Dá-se a importância, tendo em vista que as questões que envolve gênero, raça e classe estão embricadas e historicamente, apagou, violentou e matou essas mulheres, violências essas que ainda permanecem atravessando essas mulheres.

Historicamente, o lugar de inserção da mulher nesses noticiários, geralmente está presente em notícias sobre casos criminais e também em notícias de operações policiais em favelas, e isso diz muito respeito ao racismo institucional que está presente, mesmo que de maneira velada nesses meios de comunicação e na sociedade. Faz-se necessário, portanto, canais de notícias que produzam conteúdos de/para/com negros, sobretudo antirracistas em maior escala, promovendo espaço para essas pessoas que por muito tempo sofreram diversos apagamento. Assim, o debate racial terá maior crescimento na mídia contribuindo para uma maior visibilidade dos corpos negros.

Nos últimos anos, páginas de redes sociais, mídias digitais e outros meios de informações têm se dedicado a reforçar o quanto é necessário tratar da negritude sem que haja um discurso voltado para conceitos etnocêntricos, tendo em vista que a imprensa tradicional não tem atendido essa demanda tão necessária, pois muitas dessas matérias de casos ocorridos com pessoas negras, são produzidas e comentadas por pessoas brancas.

Vê-se que as mídias são de fácil acesso, assim, sendo um dos principais meios de comunicação e formadores de opinião. De tal modo, percebemos a existência de uma forte articulação e dependência entre mídia e Estado na concretização da necropolítica. Assim, com os programas policiais atuando como difusores e legitimadores da política institucional que determina quem deve morrer e quem deve viver, com o Estado sustentando financeiramente essas narrativas, não restam dúvidas: A mídia brasileira é um eixo fundamental da necropolítica, visto que além de um discurso propagado nessas manchetes contribuir para o racismo e sexismo que está estruturado mesmo que de forma velada nessas manchetes (e na sociedade), as mulheres negras quando noticiadas nessas páginas, em sua maioria de vezes, aparecem violentadas ou exterminadas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. T. C. Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) – 1978 – 1990. 271f. **Dissertação** (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais. Escola De Artes, Ciências e Humanidade, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2017.

ALCÂNTARA, P. P. T.; PEIXOTO, C. M.; SILVA, A. M. S. As relações patriarcais de gênero na família: influência da mídia televisiva. **HOLOS**, [S. l.], v. 7, p. 270–277, 2017. DOI: 10.15628/holos.2017.5436.

ALMEIDA, S. L. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARRETO, M. P. S. L. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, [S. l.], n. 1, p. 64-73, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2363>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BURCKHART, T. R. Gênero, dominação masculina e feminismo: por uma teoria feminista do direito. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 26, n. 47, p. 205–224, 2017. DOI: 10.21527/2176-6622.2017.47.205-224.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Racismo na História do Brasil: Mito e realidade**. ed. São Paulo (SP): Ática S.A. 1996.

CONSTANTINO, C.; HALANA, F.; BARTH, M. A tradição das bonecas abayomis: reflexões sobre raça, classe e gênero no serviço social. **Revista Gênero**, v. 23, n. 2, p. 113-131, 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.
FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber** (tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque). 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GARCIA, D. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 97-120, 2020.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras** São Paulo: Editora do Brasil, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMKE, T. Biopolítica: Crítica, debates, perspectiva. São Paulo: Politeia, 2018.

LOPES, R. Mulheres negras têm mais risco de sofrer violência física e sexual no Brasil. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>.

Lugones M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudo Feministas* 2014; 22(3):935-952.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set/dez., 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MBEMBE, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.

MENDES, L.; BONILHA, M. C.; ICHIKAWA, E. Y.; SACHUK, M. I. Tecnologias Sociais, Biopolíticas e Biopoder: Reflexões Críticas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 687-700, out./dez., 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395113554>.

MULHERES NEGRAS REPRESENTAM 62% DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL, APONTA ANISTIA INTERNACIONAL. **Bom dia Brasil**, Rio de Janeiro, 28/03/2023 e Seção. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/bom-dia-brasil/noticia/2023/03/28/mulheres-negras-representam-62percent-das-vitimas-de-feminicidio-no-brasil-aponta-anistia-internacional.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Mulheres pretas tem mais chance de morte por violência interpessoal, diz estudo. **CNN Brasil**, São Paulo. Disponível: < <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mulheres-pretas-tem-maiores-chances-de-morte-por-violencia-interpessoal-diz-estudo/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro** - São Paulo - SP: Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro** - São Paulo (SP): Ática, 1992.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um Racismo Mascarado**. 2. ed. São Pulo - SP: Perspectiva, 2017.

NAZÁRIO, J. G. A Representatividade dos corpos negros na mídia cinematográfica. 2023. 29f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/37428/1/RepresentatividadeDosCorpos.pdf>. Acesso em 25 jan. 2024.

QUADROS, D. M. A marginalização e a sexualização dos corpos negros na mídia e na literatura afrofeminina contemporânea: espaços que (de)formam identidades. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S. l.], v. 17, n. 26, p. 513–531, 2018. DOI: 10.12957/palimpsesto.2018.35388

RIOS, F.; FREITAS, V. G. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n. 1, p. 25-45, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis - RJ: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>.